

A INTERSUBJETIVIDADE DO PODER NO PENSAMENTO DE FOUCAULT

Victoria Elena Santillán Briceño ¹
Ángel Manuel Ortiz Marin ²

RESUMO: Para Foucault os indivíduos concretos poderiam ser entendidos como resultado de aparatos sócio-políticos que os configuram, os fixam, os submetem e os limitam. Sujeito constituinte, que articula uma série de tecnologias de exclusão e inclusão que aspiram à produção de um específico modelo de subjetividade. Ou seja, o sujeito na plenitude de suas determinações: corpórea e transcendental, factual e eidética, com a totalidade de suas experiências transcendentais e a totalidade de seus respectivos correlatos objetivos, junto a seu mundo circundante. Assim, se propõe uma reflexão teórica a partir da discussão dos instrumentos teórico-metodológicos do pensamento e obra de Michel Foucault. Dispositivos que ao serem considerados no trabalho investigativo de campo, modificam a análise hermenêutica, os processos de construção e reconstrução das identidades sociais sempre dentro de uma perspectiva dialética. No geral, o investigador se encontra situado dentro de um espaço social numa circunstância histórica específica, e pode compreender o significado da experiência cultural, assim como a identidade social da realidade, a partir de descobrir e descrever os dispositivos ou os sistemas estratégicos de poder e saber que configura a subjetividade.

PALAVRAS-CHAVE: Realidade, Poder, Subjetividade, intersubjetividade, Relações de poder.

ABSTRACT: On Foucault point of view sound individuals might be understood as result of social – political devices that design them, fix them, and impose boundaries on them. Constitutive subject, which to articulate a series of inclusive and exclusive technologies which expect to produce a specific subjective model. What we meant, the subject in full use of its own determination: bodily, transcendental, factual end eidetic, with all of its transcendental experiences and all of its respective objectives, among the world surrounding him. Therefore, we propose a theoretical reflection starting from the discussion of theoretical-methodological thinking instruments and complete works of Michel Foucault. Devices who when taken in account in field investigation, modified in the hermeneutic analysis the building and re-building process of the social identifies always immersed in a dialectic perspective. In general, the researcher is embedded in a social space inside and specific historic circumstance and can understand the meaning of cultural experience, as well as social identity of the true, starting from unveiled and describe the devices or the strategic power systems and knowing what configurates its subjectivity.

KEY-WORDS: Reality, Power, Subjectivity, Intersubjectivity, Power relations.

Na empresa da produção do conhecimento social, as ciências humanas designam como objeto central de seus esforços a análise que conduz à precisão, descobrimento e compreensão ampliada do homem, tanto em sua dimensão individual como coletiva, assim como de sua cultura. A partir da interpretação da experiência pessoal, se revelam as relações que estruturam e organizam o tecido social.

Sem dúvida, não há uma só racionalidade desde que sejam pensadas todas as dimensões da atual complexidade, pelo contrário, a compreensão do presente abre espaço à análise histórica das instituições sociais e de seus processos. Portanto, existem diferentes formas de revisar os distintos estratos das manifestações materiais e imateriais da sociedade. Disjunção que se realiza principalmente por meio da compreensão das intenções intersubjetivas.

Em tal possibilidade haveria que localizar os postulados enfocados à compreensão da lógica dos sistemas de relações, reflexionados a partir do desenvolvimento histórico de determinadas situações. Isto é, buscar nas coisas para encontrar a forma do conteúdo, o que supõe um esforço de indagação alcançável na interpretação do sentido da ação humana. Pretensão que aposta pela reflexão continua que nutre a construção de um conhecimento produzido em condições de reconhecimento intersubjetivo.

É justamente no cruzamento dos dispositivos desenvolvidos no pensamento de Foucault, onde se propõe a observação dos instrumentos teórico-metodológicos para a abordagem e reflexão do social. Enfoque divergente que amplia a análise hermenêutica ao modificar os processos de construção e reconstrução das representações e as identidades sociais, em virtude de que os sujeitos se agrupam e participam ativamente na elaboração do processamento e as situações do discurso social dominante, mesmo que outorga sentido e significação às práticas sociais.

É assim que neste ponto é substancial compartilhar uma análise teórica dos conceitos do pensamento de Michel Foucault, sentido que propõe destacar e colocar em perspectiva o valor reflexivo de tais postulados para a compreensão e interpretação intersubjetiva da realidade social. Intenções que conduzem e dão origem a este texto.

ENTRANDO NA REALIDADE

Com as ciências sociais também chamadas ciências humanas (alguns autores as distinguem), a atenção se focaliza nas manifestações materiais e imateriais da sociedade e com isso, se irrompe nos assuntos do homem não atendidos pelas ciências naturais. Dedicção centrada na interpretação do sentido da ação humana, principalmente por meio da compreensão das intenções subjetivas dos sujeitos, em prol de revelar ou descobrir as regras e leis detrás das condições

sociais que configuram a realidade.

Orientação investigativa na qual a sociedade se encontra no conjunto de signos que asseguram um modelo de relação e/o comunicação. Ou seja, através de sistemas de pensamento e ação que produza significado dentro de uma realidade. Surge então como relevante o questionamento: o que é a realidade? Pretensão que excede muito os propósitos do presente trabalho, além de resultados nada simples, e muito menos finita. No entanto, parece necessário alguma aproximação para fazer inteligível as estruturas que articulam a ordem da realidade empírica.

Assim pensada, no sentido comum, a realidade da conta de tudo o que existe, o que inclui tudo o que é, seja ou não perceptível, acessível o entendível. Noção que abre espaço à precisão dada por Lacan (2006), quem distingue o real, entendido como o conjunto de coisas independentemente de que sejam percebidas pelo ser humano; da realidade, não fundamental de natureza fenomenológica, propriamente subjetiva, que compreende esse conjunto de coisas tal como são percebidas pelo ser humano. Assim, a realidade está contaminada de subjetividade, e a sua vez, mediada pela ordem estrutural (produtor de sentido), de uma época determinada.

No sentido estrito, esta realidade abarca tanto o aparente, dimensão que corresponde ao aspecto exterior das coisas, na qualidade de ser enganosa e parcial, que bem parece e não é, ao ocultar o interior, o que a coisa é realmente; como, a manifestação da coisa, identificando aparência e realidade. Discrepância na qual efetivamente ambas formam parte da realidade, da *realidade-real*, em três dimensões: a coisa como é em realidade; a coisa tal como se apresenta; e o conhecimento da realidade.

É necessário perceberem em primeiro lugar, que não há uma única realidade; em segundo, esta realidade pode manifestar-se em ocasiões tal como é, e em outras, aparece de um modo ou de maneira enganosa que ao ser examinada de maneira minuciosa resulta ser de outro modo; e terceiro, conhecer a realidade implica dar uma explicação de como e por que é ou aparece como o faz.

Por tanto, a realidade de si, não é imediatamente cognoscível e transparente, mas sim, se manifesta através de aparências de modo fenomênico, não diretamente perceptíveis. De fato, em boa parte esta é obra nossa. Assim, o convencional, os códigos estandardizados de pensamento e comportamento (artifícios construídos), desempenham a função social de contribuir a dar forma a isso que chamamos realidade social.

É nesta diferenciação entre a realidade ou essência das coisas e sua aparência ou forma de manifestar-se, que está dada a opacidade do mundo, e precisamente se faz imperiosa sua elucidação, o que estava oculto para que agora fique revelado, pois a realidade social contém elementos ideológicos e de interesse que a constroem, reconstroem e a transformam, produzindo efeitos sociais

reais.

O que leva diretamente ao tópico da construção social da realidade, agora entendida como um produto humano no que são incluídas as realidades e as aparências, o oculto e o visível, o mediado e o imediato. Produto da atividade social humana, não é, portanto, algo dado natural, como lembram Berger e Luckmann (2005), dispõe de caráter dual: facticidade objetiva *versus* significado subjetivo. Nesse ponto, a sociedade é uma realidade objetiva construída através da objetivação dos significados subjetivos, em consequência, o homem, também é de e por origem, produto social.

No sentido estrito, a realidade social é a vida cotidiana que construímos e vivemos, segundo costumes socialmente admitidos pelo grupo. É uma ação de consciência, pois se mostra como uma realidade ordenada, objetivada e tornada ontogênica. Em seguida, é um mundo que se origina nos pensamentos e nas ações, consequentemente sustentado como real. Dualidade em que o externo cede ante o subjetivo no espaço da intersubjetividade.

Deste modo, a prática social como atividade de produção material do social, é o ponto de partida na construção do mundo da vida cotidiana, do sentido comum que se dá por estabelecido como realidade. Mesmo que paulatinamente permite a compreensão do mundo e suas leis, além das relações entre os membros de uma sociedade para participar conjuntamente em determinadas relações de produção.

No processo da prática, o homem como ser social participa em todos os domínios da vida em sociedade, dando origem a um conhecimento que temos atribuído não só de ser comum, mas também, de ser compartilhado. O qual circula e "se transmite de geração em geração e está ao alcance do indivíduo na vida cotidiana" (BERGER e LUCKMANN, 2005, p.162), mas que também, tem a propriedade de limitar-se à concorrência pragmática, que faz referência ao que se tem que saber para o presente e possivelmente o futuro.

Conhecimento ou melhor realidade dada (possibilidade de existência e reprodução da vida cotidiana) concretizada e objetivada em signos, símbolos e significações que agrupados em sistemas materializados, permitem aos sujeitos o acesso aos conhecimentos do seu entorno e à exteriorização das experiências de sua prática cotidiana. Em tal sentido, se avança na configuração de uma ordem social e cultural, existente como produto da atividade humana mediante sua institucionalização a partir da instauração habitual de atos.

Compreender a composição da realidade/sociedade implica portanto reconhecer a tensão do humano presente na sua estrutura, já que as comunidades não compartilham valores ou ideais de forma natural. Os conflitos na construção do social são partes imanescentes da vida cotidiana, mas se reconfiguram e detêm graças a acordos temporais e contratos instáveis aos quais os atores sociais logram chegar

a partir da luta pelo poder.

Segundo Berger e Luckmann (2005), a realidade ou as realidades são conhecimentos que guiam à conduta dos sujeitos, pelo que aquele é essencialmente individual e particular, condição na qual, é viável chegar a consensos na claridade de ser um produto compartilhado por meio de vários processos sociais que organizam e tornam objetiva a realidade. Continuando com as idéias dos autores, estes postulam que a atividade do ser humano tende a tornar-se habitual e vai se instituindo como realidade objetiva em virtude das tradições e convencionalismos que definem papéis sociais num todo organizado e plausível.

Processo dialético onde, de maneira resumida, “a sociedade é produto humano; é uma realidade objetiva, e o homem é produto social” (BERGER e LUCKMANN, 2005, p. 82). Neste sentido, as representações sociais se constroem, reconstroem e transmitem para permitir a comunicação no interior dos grupos, além de determinar sua identidade.

PODEROSA REALIDADE

Ainda que não comentado com anterioridade, de alguma maneira já se abordou o tema da realidade social e sua construção, para os fins de reflexão considerados é substancial recuperar a convicção de que uma realidade como a que se está imerso, é a de uma sociedade que impõe como única realidade implacável.

No entanto, o discurso de Foucault mostra as fissuras do pensamento que celebra a idéia de que a realidade é a coisa em si, instrumento que permite repensar o social em relação à noção de poder e correlativamente, a idéia do poder que se exerce na própria construção, reconstrução e transformação da realidade social.

Percepção que sabem é justificável, igualmente é limitativa, em virtude da associação generalizada do poder com respeito à dominação, aclaração que censura *a priori* as implicações do poder na análise teórico-prático da própria evolução da sociedade. Bertrand Russell, filósofo inglês, considerava que o poder constituía o conceito central das ciências sociais, situado justo no centro das relações do corpo social (PELEGRÍ, 2004).

Tese desenvolvida por Foucault, após afirmar que “existe um sistema de poder, que bloqueia, proíbe e invalida..., que penetra profunda e sutilmente todo o tecido social” (FOUCAULT, 1977, p. 207-208). Afirmação que destaca o poder, a conotação de sistema de relações sociais, suas características e efeitos. Revelação que só é possível no estudo das condições mesmas de constituição do quadro social.

Relações sociais caracterizadas pelo conflito para o qual se definem objetivos, métodos, instrumentos e lugares de confrontação. Logo então, o combate é contra o exercício do poder que se assume como intolerável, para desde esta

posição e espaço de atividade ou passividade dar origem à disputa, sempre conseqüente com a especificidade de tais interesses. Trata-se de conflitos específicos contra um poder particularizado, contra suas restrições e controles exercidos. Castells ao referir-se ao poder o compreende “como dominação reproduzível e o processo de legitimação pelo qual os valores e regras se aceitam por parte dos sujeitos de referencia” (CASTELLS, 2009, p. 37). Daí a circunstancia de que o empoderamento dos atores sociais é interdependente do empoderamento contra outros atores sociais.

Movimentos de luta dirigidos a combater, ali onde se expressa baixo outro nome (saber, justiça, objetividade, política, técnica), todas as coerções que conduzem à configuração e conservação do mesmo poder (GUZMÁN, 2008). Aspecto que ressalta o papel do poder na conformação e desdobramentos do social, e desta maneira, a conjectura de um enfoque relacional da sociedade, vista como um conjunto de relações sociais e não de coisas.

Perspectiva relacional que permite entender os fenômenos sociais num sentido amplo de resultados, criações, produções, e não como algo dado de uma vez e para sempre. Isso permite a percepção das relações, que são de uma só vez combate e poder, em duas dimensões: na forma objetivada e na de subjetivação humana, em consequência, entendidas como produções e resultados de atividades ou práticas específicas. Dualidade na qual se forja isso que chamamos e vivenciamos como realidade, mesmo que agora seja possível descrever como produto de um sistema de relações articulado por diversas forças de poder.

Poder, produtor de conhecimento e realidade, que determina as vias pelas quais se constroem as verdades aceitadas numa época determinada. Epistemes, etapas históricas, nas que se hão de descobrir e analisar em relação a cada contexto, a concepção concreta de verdade, entendida como um produto social mediatizado pelas características, posição e interesses do sujeito e os sujeitos sociais que a produzem (DÍAZ, 2005). Intimamente vinculada numa relação circular com um sistema de poder que a cria e a mantém, e aos efeitos de poder que ela induz, e que a estendem (GUZMÁN, 2008).

A realidade é produção que se assume como verdadeira, também é certo que esta ponta de verdade deriva ou é condicionada por certas condições estruturais organizadas em relação a determinados significados postos em comum à maneira de discurso, isto é, um conjunto de regras adequadas de uma prática, as quais definem o regime dos objetos, nunca a existência de uma realidade *per se*.

De tal forma que em toda sociedade, a produção da palavra está controlada, selecionada e distribuída por certos procedimentos, assim o mistério se revela ao solucionar as forças que articulam a expressão da seqüência de enunciados que o integram em virtude do lugar em que se manifesta, assim como do sujeito portador deste (DÍAZ, 2005). Elementos configuradores da veracidade discursiva no

encontro com a institucionalidade, que o aloca em quanto a sua legalidade a respeito das regras e normas que a regem.

Todo discurso se organiza no contraste de permissões e restrições no jogo da verdade, a fim de evitar conjurar poderes. Recriação importante não só para reconhecer a constituição do verdadeiro, senão também para identificar como se constitui este saber verdadeiro, através da análise mesma do discursivo (enunciados) e o não discursivo (acontecimentos). Busca-se na, e de maneira profunda, as formas de produção da vida cotidiana na qual somos a sua vez, sujeito e objeto.

Se efetivamente, o ato do discurso surge de regras estabelecidas segundo um jogo de verdade (campo enunciativo), em resposta a uma vontade da mesma ordem, cobra relevância ao elucidar esse conjunto de relações de força que entrelaçam e certificam a veracidade do discurso. O que significa, descobrir como se tece a malha social, que forças lhe dão origem e forma a essa trama.

Precisamente ali na essência deste questionamento, é onde se torna sensível saber dois sujeitos: as posições e funções que na dimensão do exterior objetivamos usos e costumes, o que os sujeitos dizem e fazem dentro de uma conjuntura particular. Em outras palavras, conhecer as práticas que materializamos acontecimentos, de modo que Foucault (1993) o pressupõe não como uma decisão, senão como uma relação de forças que se invertem, um poder que se confisca, recupera e se volta contra quem o utiliza. Trata-se de uma dominação que se debilita para autorizar outra que surge de maneira disfarçada.

Sucedendo então, que o comportamento humano está ligado inevitavelmente ao poder, de tal forma que as relações dos sujeitos, não são só sociais mas também de poder. Entretanto, o que é o poder? Ou ainda melhor, como se exerce o poder? Sem ter a pretensão de esgotar ou bem, estreitar até seus últimos limites tal categoria, ademais de reconhecer que existem múltiplas e diversas noções ao respeito, as ferramentas teóricas aportados por Foucault representam uma contribuição significativa para sua compreensão, e das particularidades da ordem social que lhe acompanham.

Neste ânimo, e para os propósitos do texto convêm atender sua aproximação desde duas considerações, o que não é, num primeiro momento, para posteriormente, expressar o que é. Para Foucault o poder não é uma forma, não é algo singular, nem bipolar, mas sim, algo múltiplo. Neste sentido, não reside numa só pessoa ou coisa, tampouco lhe pertence em exclusividade aos governantes, nem é capacidade única das instituições, ainda quando as instituições também detenham poder. De igual maneira, não radica só "nas coisas materiais (ainda que em muitos se lhe representam), nem na força física, nem na psicológica como formas de controle e dominação sobre os indivíduos" (ORTIZ, 2006, p. II). No fundamental, em um primeiro recorte acerca do poder é possível matizar que não

há uma instância pontual do poder, no sentido substantivo não existe, seu estado ontológico não é o de um ente objeto.

De maneira sucinta, o poder circula através do indivíduo, não contra ele, neste sentido, considerá-lo como algo estático é um erro de apreciação. De igual forma acreditar que só reside num indivíduo, grupo ou classe, é uma idéia equivocada ou uma visão reducionista do mesmo, pois dialeticamente é efeito e conexão do poder (ORTIZ, 2006). Este está constituído por um conjunto de disposições estratégicas que se exercem mais do que se possuem.

Em uma segunda vista e de acordo com Foucault, numa primeira premissa o poder é um complexo sistema de relações de forças, assim entendido, circula e funciona em cadeia; manobra através de uma organização reticular. Desde esta dimensão, se trata de um jogo de forças, onde força não tem outro objeto nem sujeito que a mesma força, e como tal exceda violência, em outras palavras, seu objetivo são as outras forças. Poderia se dizer ações sobre ações: induzir, incitar, facilitar, dificultar, limitar, ampliar, e fazer mais ou menos provável certas possibilidades. Forças do poder definidas por sua capacidade de afetar a outros, mas a sua vez, com capacidade de resistência. Neste sentido, existem efeitos ativos e reativos. Os primeiros são de incitação, de suscitação, de produção, de obrigação; enquanto os segundos, de serem incitados, de serem suscitados, de serem obrigados a produzir. Ontologicamente significa que as forças afetadas têm em essência capacidade de resistência (DÍAZ, 2005).

No substancial, em seu ser o poder é relacional. Portanto, "não surge depois de que se há estruturado o todo social, senão que é elemento de sua conformação" (ACANDA, 2003, p. 115). Trata-se de relações de forças nas quais este se exerce não como uma propriedade, mas sim como uma estratégia, cujos efeitos de dominação não são atribuíveis a uma apropriação, mas sim, a umas disposições, manobras, táticas, técnicas ou funcionamentos, que decifram nele uma rede de inter-relações de tensão complexa e recíproca, que operam como forças de produção (FOUCAULT, 2005). Intrínseco no que se definem pontos de enfrentamento, de luta de forças ativas e reativas, que os atravessam de ponta a ponta e de lado a lado.

Atributo que pondera as dimensões produtivas do mesmo, as formas em que este atua através das ações individuais, adjudicando aos sujeitos a capacidade de atuar, pensar e sentir (FLEVBJERG, 2001). O que lhe descreve como técnica de domínio e controle que tem por efeito conduzir condutas ao ser real, objetivo, ativo e dinâmico, mais que um privilégio que se detém. Assim, no sentido social, se converte, de gestor da capacidade de obrar, em capacidade para determinar a conduta dos outros (ORTIZ, 2006).

Desta forma, num esforço de refinamento nominal, Foucault (1991, p. 144) considera que "o poder transita transversalmente, não está quieto nos indivíduos".

Portanto, só existe no ato concreto de seu exercício, na especificidade de diversas contingências, pois “o poder não se possui, se exerce” (GUARESCHI, 2005, p. 381), dentro da singularidade das relações de força, que é onde se localiza sua origem e duração. Por conseguinte, as vicissitudes de sua produção se encontram na penetração da sociedade, na trama relacional cuja continuidade se articula numa série de mecanismos complexos que em sua execução, as torna efetivas relações de poder, e dado que está em toda relação social, de um ponto a outro, sua transfiguração é a de ser veículo e expressão do mesmo (ACANDA, 2003).

Além disso, as relações de força sempre acontecem sobre a base de dois elementos em conexão ou interação: um que exerce a ação de poder e outro sobre o qual se exerce tal ação, mantendo em tal consideração até o fim, e o segundo, um campo de respostas, reações, efeitos e invenções possíveis, já que sem liberdade não existe poder, pois é condição de sua existência. Conexão explicativa, segundo a qual, dominados e dominantes sempre dispõem de capacidade contestatória, em outras palavras, sucede que na trajetória contínua do exercício do poder, este não só se sofre, mas também se exerce (FOUCAULT, 1991).

Matiz que elucida a idéia de que todos os sujeitos possuem e expressam na prática social das interações cotidianas, alguma forma de exercício de poder. Trata-se do reconhecimento da capacidade de resposta dos sujeitos, pois geralmente se pensa nela unidimensionalmente, supondo que aquele só se aplica desde a posição do dominante para com o dominado, ao qual se confere uma condição de passividade, com o qual Foucault (1991) não está de acordo. Entretanto, é possível sinalizar que como ação humana é um ato consensual, um instrumento real, e óbvio, de organização relacional para conduzir ou formar condutas, pelo que, no cotidiano o consenso ocorre no referente ao acordo para o exercício do poder ou para a aceitação de seu exercício (SANTILLÁN, 2009).

A questão é que o poder não é uma propriedade adquirida, não se conserva de uma vez e para sempre, mas que é o efeito de um conjunto de posições estratégicas que às vezes acompanha aos dominados. Não aplica obrigação, nem proibição a quem não o tem, senão que os invade, se apóia e passa por, e através deles, da mesma forma que aqueles, em sua luta contra ele (FOUCAULT, 2005). Do que se deduz seu efeito transversal e contínuo, ao transitar livremente nas relações, cuja organização se dá de acordo a intervalos ou lugares intercambiáveis, o que significa, como já se há referido, que nelas simultaneamente se é objeto e sujeito de poder. Condição concretizada a partir da utilização de um conjunto de práticas culturais que ordenam à subjetividade dos sujeitos, constituída através da liberdade destes, quem por múltiplas estratégias se encontram determinados (SANTILLÁN, 2009).

Não estrito, poder significa relações, assim que não é uma instituição ou estrutura, ou certa força, é uma complexa rede de relações estratégicas mais ou

menos organizadas, hierarquizada e coordenada numa sociedade dada, em ocasiões é mais uma estrutura simbólica. Não se impõe à sociedade para regular o que esta produz, senão que desde o princípio sociedade e poder interatuam produzindo-se um para o outro como parte de expressões de poder (ACANDA, 2000). Concebido desta maneira, é uma construção social, e como tal, produto de uma relação social, que especificamente se exerce sobre os outros. Ou seja, como fenômeno social sua manifestação e operação sobre os indivíduos demanda da vontade daqueles, cuja concreção existe na possibilidade de alguma intenção, decisão o sequência de decisões determinadas, em função das quais sua aplicação pode se guiar e dirigir-se.

Tal parece que em essência o poder não é repressivo, então é inevitável perguntar: por que existe o que o sustenta? Corolário que estenda a visão à análise dos mecanismos onde se produz aquilo chamado poder. Ainda assim, para que realmente se dê é indispensável à liberdade dos indivíduos, luta agônica inspirada na incitação e provocação recíproca e permanente. Equilíbrios e desequilíbrios no deslocamento de forças no sentido de uma governabilidade, ou seja, da estrutura do campo de ação da ordem multilateral, nunca unilateral. Pois cada força pode afetar e ser afetada por outra ou outras, e justamente ali, é onde se localiza e estende sua origem, distribuição, redistribuição e conservação. Inequivocamente isso implica relações de poder, através das quais as forças se distribuem estrategicamente em função das relações e suas variações no campo (DÍAZ, 2005). De modo que, desde o poder se constrói a sociedade, mas a sua vez, esta configura ao poder através do tecido da intersubjetividade dos atores que participam do social. Daí sua dialética.

Segundo Foucault a aceitação do poder em nossa vida está sujeita à produção de coisas, de situações, de prazeres, de discursos; no básico, a prática e exercício do poder está intrínseco à possibilidade e oportunidade de dirigir e induzir condutas, em dispor o campo de alternativas prováveis de ação. Condição recriada na capacidade de estruturar a esfera de atuação dos outros, com o que se logra estabelecer os canais sociais de produção da subjetividade e intersubjetividade humana. De fato, a construção da subjetividade não é um processo livre, nem espontâneo, pelo contrário, é precisamente mediante a intervenção de estruturas de socialização criadas desde o poder que se logra o desenvolvimento comportamental do indivíduo (ACANDA, 2000). Encontra-se na divisão das estruturas institucionais que confirmam o modo socialmente estabelecido de apropriação da realidade, onde o poder, como já se há sugerido, não só reside nas forças institucionais de coerção e violência, mas sim na rede de relações dos processos de produção cultural através da intersubjetividade.

Subjetividade ancorada na vida cotidiana aos mecanismos do poder, conforme a um regime de verdade, próprio de uma formação social, que assegura

seu surgimento e reprodução, estruturalmente falando. Neste marco, é o domínio do poder, o espaço onde o indivíduo se constitui como sujeito, como sujeito de conhecimento, mas sobretudo, como sujeito de poder. Condição de possibilidade tanto para o atuar, como para o resistir (DÍAZ, 2005). Dinâmica na qual inequivocamente, se troca ao sujeito na medida em que vive, fala e produz, isso significa que a interiorização do externo é o processo condicionante para a constituição da subjetividade, que em si mesma não é uma relação surgida desde o indivíduo e para o mundo, pelo contrário, se trata de uma relação forjada desde os saberes e poderes com os quais o indivíduo se encontra no mundo, numa produção que vai do exterior ao interior.

Tal criação subjetiva se materializa em exercícios práticos vindos de fora, poder e relações de força, que afetam (espontaneidade), e a sua vez, podem ser afetadas por outras forças (receptividade). São “relações agnósticas entre homens livres” (DÍAZ, 2005, p. 157), no efeito duplo de incluir a força interior, “dominar a si mesmo para dominar aos outros” (DÍAZ, 2005, p. 157). O que significa que para Foucault, a subjetividade deriva do poder e do saber, mas não depende deles.

Derivação que a respeito das condutas recodifica o diagrama relacional do poder, em quanto princípio regulador interno desdobrado na relação com os outros a partir da multiplicidade de papéis, e dada a complexidade social. De tal forma que os fluxos da subjetividade do ser adquirem visibilidade na abertura das práticas culturais, o de dentro co-extensivo ao de fora, no domínio da intersubjetividade social. Para Foucault os indivíduos concretos poderiam ser entendidos como resultado de aparatos políticos que os conformam, os fixam, os submetem e os limitam.

Desde um ponto de vista geral, os significados compartilhados, construídos pelos sujeitos, se utilizam no ato da anuência do exercício do poder como recursos cotidianos das relações interpessoais do dia a dia para interpretar o sentido dos elementos da vida cultural e social. Intersubjetividade que se condescende pelas relações intencionais que os sujeitos praticam, que se bem existe consenso, também ocorre a divergência, catapultando desde a subjetividade, a constituição consciente da intersubjetividade, a partir do embate entre forças dissidentes concentradas na produção e reprodução do tecido social.

Tipo de associação na qual um elemento não pode se dar sem o outro, e na qual, cada sujeito tem a capacidade de atuação e oposição, pois se trata de relações livres, cuja prática pode no fluxo das relações produzir efeitos de induzir ou dirigir, numa direção, condutas que modificam a malha social para redistribuir o poder e condicionar sua produção. Qualidade que permite fazer visível o jogo de poder, o que significa que nem sempre acontece em posição de exterioridade, mas é iminente e próprio das relações interpessoais (CAVALLERO, 2010). Foucault afirma que toda relação social, é de origem, relação de poder, e poderia agregar-

se, numa realidade intersubjetiva que envolve a seres que se correspondem uns aos outros.

DE FOUCAULT AO SOCIAL

Revelada a realidade da vida cotidiana como um mundo compartilhado produto da construção intersubjetiva, regido por uma forma de poder, é que se torna possível desde a figura e exercício desta capacidade, traçar o diagrama analítico disposto pelo pensamento singular do autor.

Agora sim, depois das previsões anteriores surge a abordagem de como aproximar se a partir das projeções interpretativas deste pensamento. Para isso é importante não deixar dado a consideração mesma que o autor faz a respeito de suas idéias. Em quanto se trata de uma forma analítica que se propõe romper com a visão tradicional, em outras palavras, singulares instrumentos arqueo-genealógicos de reflexão para a compreensão social. "O que digo deve de ser considerado como umas proposições... não se trata de afirmações dogmáticas que devem ser tomadas em bloco" (FOUCAULT, 1978, apud GUZMÁN, 2008, p. 18), mas sim oferecimentos para o saber.

Mapa discursivo no que a reconstituição interpretativa se assenta na relevância de três dispositivos: a) o fundamento da verdade, a representação na época, como dispositivo procedimental da razão e auto-referente dentro dos processos de articulação para a constituição do tecido social; b) posição compreensiva ante a contingência humana, o homem como limite da experiência histórica e intelectual, dimensão que co-existe de maneira implicativa no espaço e o tempo no exercício de sua liberdade; e c) o devir sócio-histórico, o sujeito é tanto o produto como a fonte propiciatória da historia humana (GUZMÁN, 2008).

Tripla forma de problematização na qual a ênfase subjacente se encontra na compreensão sócio-histórica, para pressupor processos de interação mediante os quais, se experimenta e comparte com os outros num sistema de relações. São estas estruturas sociais as quais se canaliza a atividade dos indivíduos e lhe proporcionam sentido, e onde de ordem dominante, afiançadas na vida social, dispõem da capacidade de permear sutilmente a mentalidade dos sujeitos. Com isso, a análise promovida revelará o poder das estruturas, assim como a dinâmica própria de sua existência, emanada da lógica de seu funcionamento. Assim de simples e de complexo.

Portanto, é factível considerar que as ferramentas teórico-metodológicas identificadas para o estudo do social, se derivam de uma das teses centrais do pensamento de Foucault, a saber, o caráter articulador do poder a respeito das relações sociais, numa analogia relacional do poder, e em consequência, da sociedade. Desta maneira, a compreensão da trama histórica se abre baixo o estudo

do poder e seu exercício. Preocupação para a qual o autor expressa algumas regras gerais que guiam a análise e reflexão.

- Não estudar o poder só como forma repressiva ou de proibição, mirar seus efeitos positivos (o que produz);
- Analisar o poder e suas técnicas em termos de sua própria especificidade e não reduzi-lo em consequência da legislação e da estrutura social;
- Realizar uma análise microfísica do poder, isto é, não vê-lo como o domínio hegemônico de um grupo mas como uma organização circular, como uma rede;
- Não analisar o poder em termos de intenção ou decisão consciente, mas sim no nível da sujeição, dos processos que governam os corpos, gestos e ditam condutas, esses processos que nos constroem como sujeitos;
- Considerar que o poder passa através de dominados e dominantes;
- Analisar o poder não como uma propriedade, mas como estratégia; não se possui, se exerce;
- Perceber que o poder e o saber são de natureza distinta, mas interatuam;
- Estudá-lo como algo ubíquo, produzido e reproduzido nos interstícios da vida cotidiana passando por pontos singulares numa abrangência instável e local;
- O poder converte a todos e tudo em instrumento de sua reprodução, em objeto de sua existência; assimila toda relação humana e intersubjetiva;
- As relações de poder não são conhecidas mais que em seu exercício;
- Os indivíduos sempre estão em situação de sofrer ou exercer o poder, são os elementos de conexão;
- Se bem todos os indivíduos são lugares de poder, nem todos incorporam, quantitativa e qualitativamente, a mesma forma de poder; e
- Reconhecer ao poder como instância que constrói totalmente o sujeito.

Dispositivos interpretativos que na discussão analítica do quadro social, mesmo para os fenômenos sociais, listam a possibilidade de compreensão expressada por Foucault: "o que é interessante, é saber, como um grupo, numa classe, numa sociedade operam as redes de poder; ou seja, qual é a localização exata de cada um na rede do poder, como ele o exerce de novo, como o conserva, como impacta nos demais" (FOUCAULT, 1993, p. 72).

Assim avistado, o poder aparece como instrumento conceptual que permite entender, pensar e ordenar nosso mundo social, aos sujeitos e a suas práticas sociais e culturais.

A MANEIRA DE REFLEXÃO

Sem lugar a dúvida o conjunto de poder, conhecimento e subjetividade, tomam formas e mecanismos diferentes nas sociedades. O efeito do poder é

atribuível a uma especificidade de modalidades postas em jogo numa microfísica de relações, as quais não são unívocas, mas, definem pontos de enfrentamento, de risco, de conflitos e de lutas transitórias, onde necessidades são também instrumentos políticos. Trata-se de uma consideração para o controle e a utilização dos homens mediante uma observação minuciosa do detalhe, dos micropoderes, do conjunto de técnicas, procedimentos e do saber, que fazem do corpo força útil ao configurá-lo em produtivo e submetido (FOUCAULT, 2005).

Aproximação que se localiza no centro das estratégias, dos dispositivos e dos procedimentos concretos de saber e de poder, a dimensão do sujeito, e em efeito, a subjetividade do eu, intrinsecamente atribuído á constituição da verdade, em tanto território e campo de produção de certa subjetividade do conhecer e por isso, do discurso verdadeiro. Em sentido estrito, o mesmo sujeito é produto do poder, de redes específicas de relações de luta fixadas em estruturas de saber que moldam um particular modelo de subjetividade, igualmente derivado de vetores de poder. Assim, sociedade, sujeito e realidade guardam em comum o vínculo com a causa e efeito do poder, em outras palavras, de sua origem e produção.

Inegavelmente na visão tradicional, poder se associa com dominação, tanto que ao largo do tempo foram constituídos como sinônimos. Foucault procura romper com esta identificação, substituída pela de um poder produtor, criador de um regime de verdade que desenvolve um pensamento sistematizador e racional, o mesmo que, a constituição de subjetividades (auto-constituição dos sujeitos). Entretanto o objetivo não é eliminar o poder, pois não se trata de “emancipar a verdade de qualquer sistema de poder (o que seria uma quimera, pois a verdade é já poder), mas sim de separar o poder da verdade, das formas de hegemonia social, econômica e cultural dentro das quais opera no presente” (FOUCAULT 1991, apud ACANDA, 2000, p. 87).

NOTAS

¹ Victoria Elena Santillán Briceño - Doutora em Educação. Universidade Autónoma de Baja California. vicky@uabc.edu.mx

² Ángel Manuel Ortiz Marin - Pós-doutorado em Sociologia Política. Universidade Autónoma de Baja Califórnia. mortiz@uabc.edu.mx

A intersubjetividade do poder no pensamento de Foucault

REFERÊNCIAS

- ACANDA G., J. L. De Marx a Foucault: poder y revolución. **Inicios de Partida**. Agosto de 2000.
- ACANDA G., J. L. Amor y poder o la relación imposible. Homenaje a Michel Foucault. **Temas**, 35, 2003.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN T. **La construcción social de la realidad**. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.
- CAVALLERO, C. 2010. Usos y aplicaciones del pensamiento de Michel Foucault en el estudio de los tratados anti-mágicos de Lope de Barrientos (Castilla, siglo XV). A parte Rei. **Revista de Filosofía**, 69, 2010.
- CASTELLS, M., **Comunicación y poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.
- DÍAZ, E. **La Filosofía de Michel Foucault**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2005.
- FLYVBJERG, B. Habermas y Foucault: Pensadores de la sociedad civil? **Estudios Sociológicos**, 19, 295-324, 2001.
- FOUCAULT, M. **Language, Counter-Memory, Practice. Selected Essays and Interviews**. Edited by Donald F. Bouchard, Cornell University Press. Ithaca. New York, 1977.
- _____. **Microfísica del poder**. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1991.
- _____. **Las redes del poder**. Buenos Aires: Almagesto, 1993.
- _____. **Vigilar y Castigar, Nacimiento de la prisión**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2005.
- GUARESCHI, M. Del modelo institucional-jurídico a la analítica del poder: Michael Foucault. En Duso, G., **El poder para una historia de la filosofía política moderna** (p. 380-386). México, D. F.: Siglo Veintiuno, 2005.
- GUZMÁN, M., F. Michel Foucault: El pensamiento de la contingencia. **Revista Observaciones Filosóficas**, 2008.
- LACAN, J. **Intervenciones y Textos**. Buenos Aires: Manantial, 2006.
- ORTIZ M., A. M. Las Fronteras entre poder, estado y medios de comunicación masiva desde la teoría crítica. **Estudios Fronterizos**, 7, 9-31, 2006.
- PELEGRÍ, V., X. El poder en el trabajo social: Una aproximación desde Foucault. **Cuadernos de Trabajo Social**, 17, 21-43, 2004.
- SANTILLÁN B., V. E. **La relaciones de poder en el Diseño Curricular**. Tesis de Doctorado, UAEH, México, 2009.

Artigo recebido para publicação em 11 de junho de 2011.